



**As representações sobre a mulher nas páginas do jornal católico
mato-grossense A Cruz (1910-1915)**

**Representations of women in the Mato Grosso's catholic
newspaper A Cruz (1910-1915)**

Tânia Regina Zimmermann*
Ana Carolina Oliveira Carlos**

Resumo: Esta pesquisa apresenta algumas representações sobre as relações de gênero na imprensa mato-grossense do início do século XX, mais especificamente da capital Cuiabá. Tendo como documento fundamental para a pesquisa o jornal católico *A Cruz*, nos anos de 1910 a 1915, percebemos que esse periódico contribuiu para compreender os discursos sobre um conjunto de prescrições imputadas às mulheres, como literatura ideal, os ideais católicos de maternidade, as relações entre fé e família, prescrevendo, assim, o lugar da mulher na sociedade mato-grossense. Nesse jornal católico, os discursos, em sua maioria, foram escritos por homens, cuja pretensão era a manutenção dos papéis tradicionais de gênero em um momento histórico no qual mudanças ocorriam nos estatutos e poderes de gênero em grandes cidades do Brasil e de outros países.

Palavras-chave: Jornal *A Cruz*. Representações. Imprensa. Mato Grosso.

Abstract: This research presents some representations of gender relationships in the Mato Grosso's press of the beginning of century XX, more specifically of the capital, Cuiaba. Analyzing the periodical catholic *A Cruz* in the years of 1910 the 1915, this study contributed in significant way to understand the discourse which prescribed to women, as the ideal literature, the catholic ideals of motherhood, the relationship between faith and family, therefore, the place of women in society Mato Grosso. In this catholic newspaper, the speeches, mostly, were written by men, whose pretension was the maintenance of the traditional papers of gender at a historical moment where changes occurred in the statutes and powers of sort in great cities of Brazil and of other countries

Keywords: Periodical *A Cruz*. Representations. Press. Mato Grosso.

Com o alavancar de renovações e inovações metodológicas, a partir da Escola dos *Annales*, começou-se a retirar do limbo as fontes jornalísticas. Além dessa contribuição, os estudos em torno da micro-história aproximaram o detalhe, o sensível, as paixões, os

* Professora Doutora. Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campus de Amambai – Rua José Luis Sampaio Ferraz, 1133, CEP: 79990-000, Amambai, MS, Brasil.. E-mail: zimmermanntania@hotmail.com

** Professora Pós-Graduada (Stricto Sensu) em História e Geografia pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. E-mail: anacarolinahistoria@gmail.com

interesses políticos, colocando em pauta a complexidade da compreensão histórica. Na História Cultural, novas fissuras no trato documental foram introduzidas e temas, antes desprezados pela historiografia, passaram a adquirir importância nos estudos históricos, inaugurando novas tendências metodológicas para a construção historiográfica:

[...] passaram a investigar a história da família, as tradições e formas de consciência da classe operária, o medo ou os odores, a sensibilidade e as atitudes morais das sociedades, os imaginários populares, o nascimento da idéia do purgatório, a cosmologia de um moleiro do século XVI, a história da loucura ou da razão nas épocas clássica e moderna, a vida privada e a vida cotidiana, o imaginário trifuncional do feudalismo, a idéia da morte ou da descristianização, a imagem da criança no Antigo Regime, entre muitas outras. (ROJAS, 2004, p. 110)

Consequentemente, a história das mulheres ganhou visibilidade e espaço no meio intelectual. Um exemplo, claro, dessa visibilidade foi assim descrita pela francesa Simone de Beauvoir, no final década de 1940, com seu livro *O Segundo Sexo*:

A mulher não é vítima de nenhuma fatalidade misteriosa; as singularidades que a especificam tiram sua importância da significação de que se revestem; poderão ser superadas desde que as apreendam dentro de perspectivas novas; vimos que através de sua experiência erótica a mulher sente – e amiúde detesta – o domínio do homem: disso não se deve concluir que seus ovários a condenem a viver eternamente de joelhos diante dele. (BEAUVOIR, 1949, p. 546)

72

Simone de Beauvoir tornou-se uma das precursoras no estudo sobre o feminino e sobre a igualdade entre os gêneros rompendo barreiras ao questionar, por exemplo, o aborto, o lesbianismo e a independência feminina. Esses temas eram considerados polêmicos numa época em que os valores tradicionais, relacionados à condição das mulheres de submissão, ainda eram bastante proeminentes.

É importante, também, ressaltar a importância do feminismo, que teve suas primeiras manifestações, ou seja, na Primeira Onda, entre o fim do século XIX e início do século XX, como um movimento que impulsionou as reivindicações políticas e econômicas direcionadas às mulheres e a sua participação nas decisões públicas. Segundo Michelle Perrot, o feminismo age em movimentos súbitos, por ondas: “É intermitente, sincopado, mas ressurgente porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo” (PERROT, 2007, p. 155). Esse movimento veio de um processo histórico, em curso, em vários países ocidentais.

O Pós Segunda Guerra Mundial deu início à Segunda Onda do feminismo. Assim sendo, houve uma luta concentrada em favor de novos espaços para as mulheres. Luta advinda de movimentos sociais que, também, focalizaram as questões do corpo e da sexualidade. Nesse contexto, o feminismo é chamado de Segunda Onda, uma vez que difere da Primeira Onda dando prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra



toda forma de dominação masculina. Conforme Joana Maria Pedro, uma das palavras de ordem da Segunda Onda era: *o privado é político* (PEDRO, 2006, p. 79). Essa Segunda Onda foi marcada por um feminismo renovado, com novos anseios, buscando, além da igualdade, também, a liberdade sexual, o direito à contracepção, ao aborto e ao divórcio. Dessa forma:

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades 'femininas ou masculinas' sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES, 2003, p. 9)

Deve-se frisar que esta pesquisa se pautou nas análises de representações das relações de gênero no impresso mato-grossense católico *A Cruz* do início do século XX. Pela análise de discurso, buscou-se entender como o periódico construiu um conjunto de prescrições comportamentais, morais e de sexualidade para as mulheres. Nesse conjunto de prescrições, é possível destacar a literatura ideal para as mulheres, os ideais católicos de maternidade, as relações entre fé e família e, assim, o lugar da mulher na sociedade mato-grossense.

O recorte temporal deve-se pela ênfase do periódico, *A Cruz*, em atingir o público feminino, propondo a criação de estereótipos para a mulher católica. Após 1915, as publicações diminuíram o foco no público feminino. Possivelmente, essa diminuição estava atrelada às decisões editoriais, devido propostas de matérias com outros enfoques e outras campanhas religiosas.

Essa análise tornou-se possível por meio de bibliografias sobre a história das mulheres e de suas lutas ao longo da história contemporânea. Partindo desse pressuposto, foi, por meio da crítica à História das Mulheres, que o uso da categoria "gênero" passou a designar aspectos culturais, sociais e políticos, implicados nas diferenças construídas entre homens e mulheres, entre homens, entre mulheres, em uma perspectiva relacional, ou seja:

[...] uma vez que o gênero foi definido como relativo ao contexto social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe, etnia, assim como levar em conta a mudança. (SCOTT, 1992, p.87)

Sendo assim, é necessário entender que toda a pluralidade existente na categoria "gênero", "(...) usado primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença" (SCOTT, 1992, p. 87). Ainda sobre o uso da categoria ressalta-se que:

[...] o uso da categoria gênero está relacionado às construções culturais entre os sexos, e essas relações devem ser percebidas de forma relacional, ou seja, o estudo de um sexo implica também o estudo do outro. Este estudo não trata apenas da definição dos papéis do feminino e do masculino, pois, assim estaríamos reafirmando a naturalização de espaços sociais, mas trata-se, sobretudo, de perceber como essas relações se



estabelecem e como são determinadas na sociedade. (ZIMMERMANN, 2006, p. 145)

A partir dessa análise, é possível perceber e compreender as relações existentes entre homens e mulheres em suas mais diversas complexidades e interpretações.

É importante ressaltar, por outro lado, que a pesquisa também recorreu à análise do discurso jornalístico do periódico *A Cruz* como a principal fonte documental para a execução deste trabalho. Em relação ao uso dos periódicos como fonte é necessário que se observe:

[...] a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. (LUCA, 2005, p. 138)

Além disso, a análise do discurso jornalístico é uma ação que se constitui de um valioso recurso metodológico que vai além de uma prática social, pois consegue transmitir fatos que fazem parte de um processo histórico. Segundo Bethânia Sampaio Corrêa Mariani:

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta e indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. (MARIANI, 2001, p. 33)

Nota-se, portanto, que, sendo o jornal um meio de comunicação que transmite construções de acontecimentos diários de uma determinada sociedade, é imprescindível que o pesquisador esteja atento a várias questões quando se trabalha com fontes dessa natureza, pois:

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador de sua parte dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2005, p. 138)

Para tanto, cabe ao pesquisador, por meio da análise discursiva dos jornais, verificar o motivo pelo qual certos temas foram abordados nas publicações e a que público específico se direcionava as notícias. Nesse sentido, o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só “[...] abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”



(LUCA, 2005, p. 140), já que, a ênfase em certos temas, a linguagem e o conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.

Com relação ao uso da imprensa enquanto fonte, Tânia de Luca aponta para alguns caminhos trilhados na escritura da história por pesquisadores como José Honório Rodrigues. Este entendia a imprensa como uma das principais fontes de informação histórica, desde que utilizada com moderação. Ele advogava que nem sempre a exatidão ou independência povoava a edição. Como aponta Tânia de Luca nesse autor, a questão não se centra na falta de objetividade dos jornais e sim na advertência de lidar, com prudência, com esse tipo de fonte devido a interesses das classes dominantes (LUCA, 2005, p. 116-117). Assim sendo, a desconfiança com essa fonte seguiu na abordagem histórica.

Diversos trabalhos se orientaram em fontes jornalísticas como Emília Viotti da Costa, Fernando H. Cardoso, Tânia Regina de Luca e Maria Helena Rolim Capelato. O trabalho de Nelson Werneck Sodré trouxe a público, a história da imprensa brasileira desde seus começos até os anos de 1960. A partir da década de 1970, a imprensa tornou-se efetivamente objeto da pesquisa histórica. Deleuze e Guatarri (1995) desenvolveram a ideia de que a linguagem é feita para obedecer e fazer obedecer. Esses autores, ao analisarem o efeito da imprensa, entendem que os jornais e as notícias procedem por redundância ao dizerem o que é necessário pensar, reter etc.

Nos estudos relacionados às questões de gênero e imprensa destacam-se os trabalhos de Joana Maria Pedro, na obra *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe* (1998) *Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/ Florianópolis 1880 – 1920* (1995). Nesta obra, Pedro analisou perfis construídos sobre mulheres denominadas *honestas* e as *faladas* na imprensa local. Já na obra intitulada *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*, a autora elenca relevantes características da imprensa brasileira no século XIX, a partir de periódicos publicados na cidade de Desterro entre os anos de 1831 e 1889. Nesse estudo, Pedro compreende como a imprensa desterrense estava ligada a interesses privados e operava em afinidade com o poder público, almejando alcançar resultados em seu benefício (PEDRO, 1995). Ambos os estudos trazem importantíssimos subsídios metodológicos para a pesquisa com periódicos.

Portanto, para finalizar a revisão bibliográfica, é indispensável destacar a historiadora Michelle Perrot que, sem dúvida, trouxe inúmeras contribuições no campo da história das mulheres:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas



múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 15-16)

A autora argumenta que é necessário trazer à tona diversos aspectos do cotidiano feminino, tanto em âmbito público quanto em âmbito privado. Também existem diversas fontes quando se fala em história das mulheres, mas faz-se necessário que se desvendem os jornais, livros, bibliotecas, arquivos públicos e privados (PERROT, 2007, p. 15-16).

Assim, a pesquisa, que se prestou na análise das notícias do jornal católico *A Cruz* da Província de Cuiabá, num recorte temporal de cinco anos (1910 a 1915), pôde, por meio de bibliografias referentes aos estudos com fontes jornalísticas, bem como na área do estudo da história das mulheres e de gênero, compreender as prescrições comportamentais voltadas para as mulheres daquele período, pois “[...] a exploração de fontes documentais e arquivos, que até então não suscitavam maior interesse, foi fundamental para o desabrochar de uma história da mulher no Brasil.” (DEL PRIORE, 2005, p. 227).

O periódico *A Cruz* foi relevante meio de comunicação da sociedade cuiabana do início do século XX. Publicado desde a primeira década do século XX, até meados da década de 1950, esse periódico era editado pelo Seminário Episcopal da capital Cuiabá e contava com artigos escritos por padres, bispos, uma correspondente internacional e pessoas do meio religioso católico.

O jornal informava, quinzenalmente, seus leitores (mulheres católicas da elite cuiabana principalmente) com notícias sobre os acontecimentos da cidade, do país, notas de falecimentos, aniversários e casamentos, festas religiosas, publicação de anúncios comerciais e, principalmente, matérias referentes à Igreja Católica, contemplando, inclusive, colunas e editoriais sobre como deveria ser a conduta dos fiéis católicos.

No decorrer dessa pesquisa, o que chamou mais atenção foi o fato de que, na maioria das vezes, as matérias publicadas no periódico *A Cruz*, durante os anos de 1910 e 1915, e que pretendiam, por foco, atingir o público feminino, propunham a criação de estereótipos da mulher católica seguidora do caminho cristão. Essa mulher estaria designada a ser dona-de-casa, esposa e mãe, funções estas que deveriam ser exercidas incansavelmente.

O periódico *A Cruz* transcorreu nas suas páginas uma expressiva preocupação da Igreja em combater e conscientizar o seu público leitor de problemas contemporâneos que pudessem ameaçar o modelo patriarcal das famílias cristãs cuiabanas/mato-grossenses, tendo em vista que o jornal *A Cruz* era repleto de um catolicismo conservador e tradicional. Nos fragmentos abaixo se observa o seguinte:

Quando à nossa mente serena se afigura o horizonte social, e nós



meditamos o caminho moral que o nosso povo vai palmilhando, dificilmente nos podemos livrar de um pensamento acabrunhador a meninice vai perdendo a fé, parte já está estragada, parte prestes a cair no desolador e tétrico ateísmo. É inútil reproduzir estatísticas. Os jornais mostram-nos unicamente centenas de moços com as mãos conspurcadas de sangue, outros dados com maus costumes; e as almas entregues a corrupção. E' o que nós todos sabemos. Mas pode logicamente a sociedade repousar tranqüila? É nos lícito ou permitido permanecermos frios e indiferentes diante de uma chaga que dia a dia torna se mais profunda? Estamos na época do progresso. [...]. Mas poucas palavras com relação a família. Mas poucas palavras com relação à família desta feita é um argumento delicadíssimo e merece ser estudado e resolvido com amor. Certamente ao calor do álcool e da discórdia não pode florescer a inocência: ela desabrocha viçosa floresce e vinga ao calor do sacrifício cristão: em um ambiente cético e leigo não podem florescer bela e perfumada a fé, nem a virtude. (A CRUZ, 01 de dezembro de 1910, p.01)

Segundo esse periódico, a educação moral cristã dos filhos e filhas era de total responsabilidade das mulheres. Uma mãe católica, exemplar, deveria zelar pela religião da sua família seguindo a risca o caminho cristão. Na edição do jornal *A Cruz*, do dia 10 de dezembro de 1911, publicou-se uma matéria intitulada *Gotas de Orvalho Mãe*. Segundo essa matéria, depois de Deus, a mãe é quem prepara o futuro de um homem, ou seja, o destino do seu filho. Também é ela a responsável por ter formado filhos santos no mundo:

Santo Agostinho não se cansava de dizer: Meus Deus, devo tudo a minha mãe: S. Gregório Magno deixou-nos um monumento do que julgava dever a piedade esclarecida de sua mãe Sylva. Fê-la a pintar sentada a seu lado, de vestido branco, com símbolo dos doutores da cabeça [sic], estendendo dois dedos da mão direita, como para abençoar, e sustentando com a esquerda o livro dos Santos Evangelhos debaixo dos olhos de seu filho. Quem nos deu S, Bernardo? Quem o fez tão puro, tão forte, tão abrasado de amor para com Deus? Sua santa mãe Azeta. Quem formou quase todos os santos? Suas mães. [...]. Pois bem, sejam as mães verdadeiramente devotas de amantíssimo Coração de Jesus, e assim acontecerá! O mundo encher-se-á de Santos, e será salvo. (A CRUZ, 10 de setembro de 1911, p.2)

As mães católicas, segundo o periódico *A Cruz*, também tinham que vigiar as suas filhas para que não ficassem, conseqüentemente, desmoralizadas ante a sociedade. Para que isso não acontecesse, as mães de família, obrigatoriamente, deviam instruir as meninas a serem perfeitas donas-de-casa. Elas deveriam aprender desde cedo e, principalmente antes do casamento, a realizar os afazeres domésticos como lavar, passar, engomar e cozinhar, pois esse era o futuro que a Igreja determinava para as mulheres que seguiam os preceitos do catolicismo: “[...] ensina-lhe, primeiramente, a ser boa dona-de-casa, explicando-lhe todo o seu cortejo de espinhosos deveres e obrigações. Tira a da janela, põe-a na cozinha, ensina-lhe a cozer, também a coser e a engomar.” (A CRUZ, 11 de junho de 1915, p.2).

Perrot observa, em outro contexto, mas também válido para a sociedade cuiabana, que era preciso, portanto:



[...] instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa, e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo. (PERROT, 2007, p. 93)

Dessa forma, observa-se que os papéis/funções, tidos como parte integrante e primordial do universo feminino, sempre foram comum na vida das mulheres, variando conforme as épocas, os meios e o método de como foram ensinadas, mas sem alterá-los com relação aos seus personagens históricos.

O jornal católico *A Cruz* também se preocupou em passar para suas leitoras as noções do que viriam a ser atitudes não cristãs. Um exemplo, acerca dessa questão, foi a presença de matérias que criticaram a leitura de livros de romances pelas moças. Estas moças eram consideradas portadoras de uma boa conduta moral cristã antes da leitura desses livros. Após a leitura de romances, elas teriam sido corrompidas nas suas virtudes de pureza, pudor e obediência, tendo em vista que, para a Igreja da época, a leitura de tais obras abria as portas perigosas do imaginário.

Segundo a publicação do jornal, esses livros teriam invadido a sociedade, atingindo toda espécie de indivíduos, sendo responsável por desvirtuar e afastar, principalmente, as moças do caminho cristão. Na citação abaixo, extraída da matéria *O Romance*, publicada no dia 01 de dezembro de 1910, é visto que:

Um gênero de literatura, ultimamente tem conseguido atrair simpatias universais _ é o romance. [...] o bom romance é raro. O mau é o que se vê por toda a parte e que como tal só faz o mal. E' um tirano, um inimigo implacável da família e, sobretudo da incauta donzela, de quem ele é crudelíssimo sedutor. Ah! bem pouca gente sabe avaliar a o que seja o mau romance! Sim. Estais vendo aquela moça? Até a pouco tempo ela era um modelo de bondade, de obediência, de modéstia e de piedade. Era feliz e também era a felicidade dos seus. Mas agora já não é mais. Anda cheia de inquietações, faz mal as suas orações, já pouco vai a igreja, e às vezes nem mesmo quer falar mais de cousas de religião. Só encontra prazer nos bailes, nos jardins, nos passeios, nos divertimentos; colocando muitas vezes a sua pobre mãe em sérios apuros para satisfazer as suas exigências e os seus caprichos. E qual a causa desta mudança? As mais das vezes a leitura de um mau romance, que a seduziu e lhe roubou a paz e talvez todo o tesouro de suas virtudes. (A CRUZ, 01 de dezembro de 1910, p. 3)

Essa mesma matéria atacava a leitura dos livros de romances fazendo analogias bíblicas. Um claro exemplo, acerca disso, é a narrativa de Eva no Paraíso, cuja tentação em ler os romances se assemelha com a inquietude de Eva, a pecadora, pois ela, também, foi tentada, pelo demônio, a usufruir do fruto proibido. Os livros de romances também seriam o fruto que não poderia ser colhido, cabendo aos pais e mães de família alertar e proibir suas

filhas para não o lerem, pois:

[...] Como Eva no paraíso, três tentações a desgraçaram: tentação de orgulho, de curiosidade e de sensualidade. Deus tinha proibido a Eva tocar no fruto da árvore fatídica, com declaração de que tocar naquele fruto seria uma desgraça. Mas o demônio, disfarçado pergunta a Eva: Por que Deus te proibiu este fruto? Ora és uma tola; no dia em que comeres deste fruto serás como Deus. - Minha filha, diz muitas vezes uma boa mãe. Não leias este livro ele é mau e quando menos, muito perigoso. Não te exponhas a este perigo, porque te custará muito caro a experiência. - Após esta proibição; vem o demônio e fala a esta moça no fundo do coração ou pela boca de uma amiga: Porque tua mãe proíbe a leitura deste livro? Esta proibição não pode ser para ti. É proibição para uma criança; porém já estás moça feita, tem já bastante juízo e não podes ser governada como ainda fosse uma menina de escola. [...] O fruto que se apresentara a Eva no paraíso era belo, atraente e excitava o apetite. E Eva, já vencida pelo orgulho e curiosidade; se deixa vencer ultimamente pela sensualidade. E ela colhe o fruto proibido... - O livro perigoso, que esta moça tem em cima de sua mesa e também um livro cheio de encanto [...]. (A CRUZ, 01 de dezembro de 1910, p. 3)

O conselho que segue mostra a preocupação das possíveis práticas de leitura, ou seja, nas possibilidades que a leitora teria ao interpretar tal texto:

Ler este livro é um prazer. E a pobre moça, não podendo mais resistir a sedução, toma o insidioso livro e sai em busca de um lugar retirado, onde ninguém possa ser testemunha da sua imprudência. Absorvido o filtro, não tarda o delírio. O coração se agita, e a imaginação se exalta com as cenas impressionantes que passam diante do seu espírito. Começa a sentir o que nunca sentiu e dentro do seu coração acordam pensamentos e desejos que ela não conhecia até então. No meio da perturbação da sua alma uma voz lhe brada: deixa este livro. - Mas como deixar interrompido este enredo? Como não ver o seu desenlace? E com verdadeira febre ela passa entre os dedos nervosos aquelas páginas envenenadas até que soa um momento em que a infeliz chega ao fim. Mas no fim está a paixão! Está a morte de espírito e do coração! ... no fim está o criem ! E eis o que ela encontrou como remate do seu orgulho, da sua curiosidade, e da sua sensualidade. Antes de ter acolhido este livro, a alma desta infeliz era um anjo de inocência; depois da leitura dele...[...] Esperava gratíssimas sensações e através do prazer ela encontrou o remorso, que agora lhe enche de alma de amarguras. Ai da família onde entra o mau romance! Os pais e mães de família que não defendem a sua casa contra este vampiro da inocência, da honra e da felicidade, do lar, não tem mais amor aos seus filhos e parecem esquecidos de que a desonra dos filhos é também a desonra dos pais. (A CRUZ, 01 de dezembro de 1910, p. 3)

79

Ainda constatou-se, em um artigo de autor não identificado, intitulado *Revistas e Jornais maus*, publicado no dia 15 de janeiro de 1911, a questão de leituras consideradas inadequadas para o público cristão-católico. Ali, era exigido que as folhas com leituras impróprias para os filhos e mulheres de família fossem rasgadas:

As revistas e maus jornais dividem-se em duas classes: a dos descarados e a dos hipócritas. Os primeiros são em pequeno número, e, por muitas razões, são menos temíveis. Os segundos são inúmeros e, sob todos os



conceitos, são mais funestos. Os tais negam Deus claramente, e perseguem sua Igreja; em Religião são ateus, em moral sensualista. [...] Não se sabe dizer deles si corrompem os costumes para extraviarem as inteligências, ou si pelo contrario, pervertem as inteligências para corromperem os costumes: tal é a mistura que há neles de erros e imoralidades. Os jornais dessa espécie não são simpáticos para ninguém por desalmado que seja; sua deformidade os faz repugnantes até para os mais perversos. Os que com tais armas combatem a religião e a moral mostram ser moços inexperos ou velhos egos pelo furor até ao ponto de desconhecerem o ABC da estratégia. Não escrevem para discutir, nem para uma leitura sossegada, senão para produzirem uma pressão de momento, ou lançar abilis longo tempo contida e comprimida.[sic] Rasgai, filhos do povo, a página ímpia do jornal ou revista, que voz diz o que nunca queirais ouvir dos vossos filhos e mulher. Rasgai essa folha que vos apregoa o ódio como o único sentimento digno de vosso coração. [...] (A CRUZ, 15 de janeiro de 1910, p. 3)

As moças que usufruíam de leituras inapropriadas para uma respeitosa jovem cristã eram tidas como tentadas pelo diabo e assemelhadas a narrativa bíblica de Eva no Paraíso. Assim, percebe-se que a mulher católica deveria abdicar de certas leituras que poderiam influenciá-la com pensamentos maldosos adormecidos e, assim, desvirtuar-se de sua “natureza” cristã.

O periódico perpassava, além disso, a imagem de que cabia à mulher católica a responsabilidade obrigatória de zelar, rigorosamente, pela religião de sua família. Maria José Rosado Nunes, em seu ensaio intitulado *Gênero e Religião*, salienta que “(...) o investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso.” (NUNES, 2005, p. 363). Ou seja, as mulheres católicas, do início do século XX, conforme se viu nas matérias do impresso *A Cruz*, deveriam ser encarregadas da realização das práticas religiosas, com extrema devoção e piedade, no interior do seu grupo familiar, sendo este um preceito religioso determinado pela Igreja. Destarte, segundo Maria José Rosado Nunes:

As religiões têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. O fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto imutável e indiscutível, por tomar a forma de dogmas. Expressões das sociedades nas quais nasceram, as religiões espelham sua ordem de valores, que reproduzem em seu discurso, sob o manto da revelação divina. O lugar das mulheres no discurso e na prática religiosa não foi, e frequentemente ainda não é, dos mais felizes. (NUNES, 2005, 363-4)

No contexto específico do catolicismo, a autora Zaíra Ary, ao falar do lugar social e do valor simbólico das mulheres dentro da Igreja Católica, afirma que:

[...] de certa forma, as mulheres estão excluídas dos lugares de poder e são, portanto, aí desvalorizadas como pessoas; por outro lado, elas constituem o público mais fiel, mais assíduo e, portanto, numericamente



superior em presença aos acontecimentos eclesiásticos. Nas apreciações correntes do sendo comum, entre nós, e em observações sistemáticas de outras culturas, as mulheres seriam caracterizadas por certo tipo de apego emocional e moral às religiões em geral; [...] pode-se constatar também uma maior participação das mulheres nas práticas rituais e pastorais pela Igreja Católica. (ARY, 2000, p. 76)

Nas páginas do periódico *A Cruz*, além de firmar o papel que as mulheres deveriam desempenhar no seio da Igreja, como praticante da fé católica, enfatizava-se, por outro lado, à importância da figura materna como o modelo de bondade e de recato na família:

[...] as mulheres, como herdeiras de Maria, semi-divinizada, tomada como modelo de submissão, de pureza e de sofrimento, são aparentemente revalorizadas, e tidas simbolicamente como “salvadoras” da sociedade, em função de seu papel maternal idealizado, no quadro da família sacramentada [...] (ARY, 2000, 77-8).

Ainda observou-se, nas matérias jornalísticas referentes ao papel materno da mulher, que a mãe cristã tinha de estar longe de atitudes maliciosas que pudessem tirar o seu pudor. Nesse modelo ideal, a mulher deve ser uma figura assexuada praticante da virgindade pré-nupcial e a frigidez pós-nupcial mantendo uma espécie de castidade espiritual.

Acerca da constituição de uma exemplar família cristã, conforme se viu no periódico católico, também era a figura da mãe quem transmitia a educação moral cristã para seus filhos e filhas. Assim, para Zaíra Ary:

[...] a mãe cristã deverá ajudar as filhas a cultivar seus atributos “marianistas”, e nesse sentido vigiá-las em sua educação para que sejam fiéis aos dois modelos de mulher indicados para sua imitação, a saber sua própria mãe e Maria; quanto aos filhos, é preciso protegê-los de sua infeliz tendência a um “exercício desbragado da sexualidade”, que os impulsionaria para outras mulheres malditas – “as sedutoras-prostitutas”, tão diferentes de suas “santas mães”. (ARY, 2000, p. 80)

Assim, segundo a Igreja, o modelo de mãe ideal é a figura da Virgem Maria, sendo o exemplo que as mães zelosas pela religião no seio familiar devem seguir, para que, assim, as suas filhas se espelhassem, tanto na Virgem Maria, quanto na própria mãe. Já os filhos devem ser protegidos das mulheres depravadas e de um sexualismo desenfreado, o que denota uma educação masculina diferenciada da feminina.

Ao falar sobre a questão da maternidade, Simone de Beauvoir afirma que:

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente o seu destino biológico: e é essa a sua vocação “natural”, já que todo o seu organismo está orientado para a perpetuação da espécie. Mas eu já disse que a sociedade humana não está abandonada à natureza. (BEAUVOIR, 1949, p. 277)

Assim, para Simone de Beauvoir, a mulher não está fadada a se restringir a sua



“natureza” materna, assim como a gravidez poder ser vivida de diversas formas e sentidos, ou seja:

A gravidez é, sobretudo um drama que se joga na mulher entre ela e ela: ela sente-a ao mesmo tempo como um enriquecimento e como uma mutilação; o feto é uma parte do seu corpo e é um parasita que a explora; ela possui-o e é possuída por ele; ele resume todo o futuro e, de o carregar, ela sente-se vasta como o mundo; mas é esta riqueza mesma que a aniquila, ela tem a impressão de já não ser nada. (BEAUVOIR apud JOAQUIM, 1999, p. 188)

Percebe-se, de acordo com a assertiva, que a autora Teresa Joaquim, ao interpretar o conceito de gravidez colocado por Simone de Beauvoir comenta que:

[...] Beauvoir define a gravidez como drama, de forma ambivalente entre riqueza e falta [...] ela é “um e ‘outro’, todo e parte, princípio e falta”, o feto como parte do corpo da mulher e algo que o estranha, o ventre entre a vastidão do mundo e o nada, entre o ser e o não-ser. (JOAQUIM, 1999, p. 188)

Nas páginas do periódico havia, também, notícias vinculadas à posição da esposa e do marido no casamento, sendo que o marido seria a autoridade de Deus na família. A mulher seria caracterizada como a personificação da bondade, da obediência e o auxílio do marido. Assim, verifica-se que a Igreja Católica apresenta-se como uma instituição conservadora e hierárquica, célebre pela defesa da submissão das mulheres, e que, de acordo com os seus ensinamentos à posição da mulher no casamento, indica que a chave da felicidade estaria na fonte mais pura, ou seja, na bíblia. Portanto, o modelo ideal de casamento, estipulado para uma família cristã, é aquele em que a mulher é subordinada à autoridade suprema do homem, pois o homem deve dominar em sua casa.

A partir dessa análise, pode-se notar que a Igreja determina os padrões de conduta que devem ser assumidos pela mulher e pelo homem no casamento, pois:

[...] no catolicismo os homens não são apenas detentores do poder sagrado de mediação entre os indivíduos e a divindade através do ministério sacerdotal, mas, além disso, são eles que irão elaborar a narrativa oficial em que naturalizam padrões sobre o que seria inerente ao mundo feminino e o que pertenceria ao mundo feminino. (FERNANDES, 2005, p. 426)

Destarte, a postura da mulher casada que persistia no Brasil, desde a primeira centúria do século XIX e que, por sua vez, ainda se refletia nos anos iniciais de 1900, conforme se relatou no periódico *A Cruz*, era a seguinte:

[...] a mulher devia obediência ao marido; os filhos deviam obediência ao pai de preferência à mãe; o marido e pai não podiam eximir-se de pagar o sustento da família, fossem quais fossem as suas razões para querer se separar dela. A conduta da mulher obedecia a um controle muito rígido: bastavam umas saídas a passeio para que fosse dada como “perdida”, ao passo que a conduta do marido era sempre encarada com benevolência,



fosse ele briguento, bêbado ou amancebado. O recolhimento era a pena com que os poderes públicos puniam a má conduta das mulheres. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p. 433)

A submissão feminina proposta pelo periódico *A Cruz* pode ser considerada uma violência simbólica, ou seja, é suave, invisível e dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano por meio de sentimentos, emoções e linguagem, além de criar modos de ver o mundo cada vez mais nivelado e homogeneizado por intermédio dos meios de comunicação de massa (BOURDIEU, 1998, p. 16). Para Bourdieu, a violência simbólica torna-se possível quando suas vítimas a aceitam por meio do conhecimento e, principalmente, do desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, dos sentimentos. Estabelece-se uma correlação de forças na qual a maneira de ver o mundo é imposta e adquire estatuto de verdade (1999, p. 7-11).

Segundo Raquel Soihet, a ocorrência desse tipo de violência simbólica se dá pelo fato da mulher ser tratada apenas como uma coisa e não como um sujeito:

[...] buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. (SOIHET, 1997, p. 10)

A formação da identidade feminina estaria baseada em normas proferidas por discursos masculinos. Isso se justifica, como fato correspondente, a uma violência simbólica que supõe adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Roger Chartier também destaca que:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. (CHARTIER, 1995, p. 42)

Assim, observa-se, na assertiva, que essa submissão das mulheres está interiorizada em uma relação histórica e que possui fatores de cunho cultural e de construções linguísticas e que são asseguradas como sendo uma diferença de natureza irreversível e universalizada. E, segundo o autor:

O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural", portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções. (CHARTIER, 1995, p. 42)

No entanto, Roger Chartier também enfatiza acerca da questão da dominação masculina que:



[...] a aceitação, pela maioria das mulheres, de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta- aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador. (CHARTIER apud SOIHET, 1997, p. 12)

Já com relação à participação de mulheres no âmbito fora do ambiente familiar, o impresso católico publicou somente algumas matérias de origem internacional convidando as mulheres brasileiras a participarem de associações e congressos de ligas femininas internacionais católicas. Nesses eventos, reivindicavam-se a preservação de valores religiosos e da conduta moral feminina. Dessa forma, torna-se evidente que a atuação das mulheres, fora da família, era um espaço restrito a participações de movimentos ligados à própria Igreja. Assim, Michelle Perrot relata que:

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situaram-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. (PERROT, 2007, p. 15)

84

Contudo, a mulher pública era vista como sendo “depravada, debochada, lúbrica, venal”, a mulher - também se diz a “rapariga”- pública é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos, ou seja, a imagem de uma mulher pública é totalmente avessa às características atribuídas ao homem público. Sobre essa abordagem do espaço público e privado:

[...] Perrot observa que as fronteiras entre ambos nem sempre existiram. É no século XIX que essas fronteiras se constituíram com nitidez e a exclusão do espaço público passou a ser dupla: as mulheres e os proletários. Sobre as mulheres pesava o discurso naturalista, que as tornava aptas para as sensibilidades e os sentimentos; a elas caberia ordenar o privado, o familiar e o materno. (ZIMMERMANN, 2006, p. 153)

Raquel Soihet também assinala a respeito da órbita pública e privada relacionando com o universo feminino e masculino e diz que:

Com a consolidação da burguesia no poder, firma-se no século XIX a divisão de papéis e uma rígida separação das esferas de atuação entre os gêneros. O masculino na órbita pública e o feminino no âmbito privado. Tal se configura mais ênfase entre os segmentos mais elevados. (SOIHET, 1997, p. 11)



O jornal *A Cruz* era direcionado para um público leitor pertencente, em grande parte, pela elite da sociedade cuiabana. A realidade mencionada, na assertiva acima, confirma o que as notícias do impresso transmitiam no início do século XX. Destarte, as esferas públicas e privadas, relacionadas ao universo feminino e masculino, concretizavam-se apenas nas camadas de maior poder aquisitivo, pois as mulheres pobres iam às ruas para exercer algum trabalho visando à sobrevivência de si e da sua família.

Em relação à construção dos saberes de gênero no jornal *A Cruz*, a coluna intitulada *Cara Irmã* tinha por objetivo, principal, criticar, duramente, a postura da mulher que estaria se desvirtuando do caminho cristão. Nessa coluna são narrados acontecimentos da vida diária de uma mãe de família e seus atos considerados, muitas vezes, como avessos à fé católica e que coube ao seu irmão, um fervoroso católico, a tarefa de orientá-la e a reprimi-la quando necessário. Com base nesse contexto, é possível notar que muitas mulheres foram condizentes com o seu papel, pois o poder dos religiosos católicos impunha essa dominação masculina convencendo-as de sua inferioridade e de outras construções e atributos negativos como a impureza e a insubmissão.

A mulher cristã, de acordo com o jornal *A Cruz* e apresentada na coluna *Cara Irmã*, era considerada muitas vezes, como indigna da religião por executar atitudes não aceitas pela Igreja. Um exemplo, acerca disso, foi o grande número de edições dessa coluna referentes ao tema superstição. As superstições eram atribuídas somente à figura feminina, chegando a merecer a excomunhão da Igreja, pois a única crença aceita e correta eram os dogmas determinados pela Igreja.

85

Considerações Finais

No decorrer deste artigo, objetivou-se analisar matérias e notícias do impresso católico *A Cruz*, juntamente com os aportes teóricos relativos ao tema pesquisado. A ênfase recaiu sobre as principais matérias que giravam em torno de situações relacionadas ao comportamento das mulheres católicas que viveram na capital da província mato-grossense durante os primeiros anos do século XX. Também se verificou a intenção do periódico católico em criar estereótipos femininos que estavam fortemente direcionados aos preceitos religiosos ditados pela Igreja.

Nesta pesquisa, percebeu-se que as representações femininas no periódico *A Cruz*, nos anos de 1910 a 1915, eram estereotipadas de acordo com preceitos religiosos rigorosos, sendo considerado comum ao destino das mulheres católicas serem donas-de-casa competentes, mães dedicadas e esposas obedientes, amorosas e submissas. Ainda se viu, no decorrer das páginas desse impresso, a explícita separação dos papéis femininos e



masculinos no espaço familiar privado. O homem era o provedor do sustento familiar e a autoridade máxima e a mulher era o auxílio ao marido, a responsável por zelar pela religião, de transmitir a educação moral cristã aos filhos e filhas e o exemplo de recato e pudor.

No montante das matérias analisadas também se observou que, no modelo ideal da família cristã, as mulheres deveriam ser restringidas ao espaço privado. A vida da mulher católica era limitada à dedicação exclusiva do bem estar da família, uma vez que a exposição feminina ao público era tolerada somente na participação de associações religiosas da Igreja que lutavam contra imoralidades não-católicas inseridas no seu meio social.

Outra análise relaciona-se a imposição de notícias sobre o que era inadequado ao universo das mulheres cristãs cuiabanas/mato-grossenses. Ou seja, criticava-se, duramente, geralmente por homens, caso houvesse alguma manifestação que pudesse desvirtuá-las da fé católica como, por exemplo, as leituras de romances que corrompiam algumas virtudes cristãs dessas mulheres.

Houve, por outro lado, a constatação, no periódico *A Cruz*, da existência de uma mulher que escrevia artigos para esse impresso. Contudo, mesmo sendo um fato inédito, encontrar uma figura feminina com um cargo fora do espaço privado, a posição da autora, perante o seu público leitor feminino, baseava-se no estímulo da preservação da moral cristã ditada pela Igreja no início do século XX. Ou seja, não havia preocupação, nas suas, matérias em expor reivindicações de direitos sociais, políticos ou as desigualdades de gênero.

A pesquisa apresentou por meio do impresso *A Cruz*, as perspectivas da Igreja Católica para as mulheres que viviam nos centros urbanos da capital da província mato-grossense nos anos de 1910 a 1915. A Igreja se mostrou, conforme se viu nas matérias analisadas, como sendo uma instituição conservadora e hierárquica, na qual as desigualdades de gênero eram explícitas. Não havia brechas para que as mulheres tivessem uma voz própria. O papel obrigatório delas era seguir os preceitos, já estabelecidos, com rigor, pela Igreja, sem questionamentos. Isso indica a grande desigualdade das relações de gênero pertinentes num contexto histórico no qual as mulheres eram direcionadas a desempenhar funções atribuídas a sua “natureza” de mulher. Mas pelas fissuras e brechas da história, as relações de gênero mudavam em cidades como Cuiabá. No caso do jornal *A Cruz*, as mudanças para as mulheres eram mais vividas do que anunciadas.

Referências:

A CRUZ. Cuiabá, 15 de janeiro de 1910, p. 03.

A CRUZ. Cuiabá, 01 de dezembro de 1910, p.01.

A CRUZ. Cuiabá, 10 de setembro de 1911, p.02.

A CRUZ. Cuiabá, 11 de julho de 1915, p.02.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Vol. 2. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: *Le Monde Diplomatique*. August, 1998, p. 16-18.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In: *Cadernos Pagu* (4). Campinas: UNICAMP, 1995, p. 37-47.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 217-235.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, maio/agosto, 2005, p. 424-436.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

JOAQUIM, Teresa. Criação de humanos e/ou de conceitos a questão da maternidade n'O Segundo Sexo. In: *Cadernos Pagu* (12). Campinas: UNICAMP, setembro, p. 165-202, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 31-42.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. In: *Cadernos Pagu* (29). Campinas: UNICAMP, julho/dezembro, p. 429-457, 2007.



NUNES, Maria José Rosado. Gênero e Religião. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, maio/agosto, 2005, p. 363-365.

PEDRO, Joana M. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

_____. Traduzindo o debate. In: *Revista História*. São Paulo, V. 24, n.1, p. 77-98.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Uma História dos Annales (1921- 2001)*. Tradução: Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 62-95.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica, Saberes e Representações Femininas. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, nº. 1, v. 5, 1º semestre, 1997, p. 7-29.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. História do Gênero: apontamentos teórico-metodológicos. In: DIEHL, Astor Antônio (org). *Experiências e Ensaios de História: cultura, historiografia e gênero*. Passo Fundo: UPF, 2006, p. 143-170.